

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Sociedade Civil e Poder Legislativo

Participação extra-eleitoral das associações voluntárias da sociedade civil no
parlamento português entre 2008 e 2015

Álvaro M. Ferro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Espírito-Santo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2015

À Cristina e aos nossos filhos,
que aguardaram pacientemente por
mim, apoiando-me com tudo o que foi
preciso para me dedicar a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a Doutora Ana Espírito-Santo, que teve a disponibilidade para me encontrar no meio das minhas dúvidas, e à Doutora Ana Maria Belchior que me ajudou já na reta final a fechar este trabalho.

Às mães: à minha mãe, que esteve sempre lá quando necessitei de alguém para lutar por mim; e à mãe do meu amigo Miguel que insistiram comigo há 20 anos que não desistisse de estudar. Que estejam sempre presentes para nos dizer como devemos fazer tudo na vida, mesmo as coisas mais óbvias que já não se percebe porque continuam a explicar-nos.

Ao meu amigo A.Sousa que manteve o nosso pouparmelhor.com a funcionar enquanto me embrenhava na escrita final desta dissertação.

Ao meu amigo Miguel, o cromo mais difícil da minha caderneta, que insistiu comigo para que fizesse o Mestrado em Ciência Política.

Agradeço a todos os que no Parlamento, no SINDETELCO e na UGT me receberam sempre como se fosse da casa, ajudando-me nas minhas perguntas.

A todos os que no Twitter me ajudaram, em especial o Luis Grave com os seus conhecimentos de programação.

À Laura, que foi solidária com os meus objetivos pessoais ao longo destes 2 anos.

RESUMO

Nesta dissertação procura-se saber mais sobre a participação extra-eleitoral dos cidadãos através das associações voluntárias da sociedade civil e no contexto institucional da Assembleia da República entre os anos 2008 e 2015. Na ausência de dados prontos a testar, foi criado um dataset novo recorrendo para isso a um conjunto de programas informáticos que permitiram obter a informação das iniciativas legislativas no site da Assembleia da República. O período em análise em Portugal é caracterizado como um período de recessão que afetou essencialmente a classe média e os jovens escolarizados. A literatura sobre este período apontava para a possibilidade de se encontrar na desigualdade de rendimentos uma explicação para a participação extra-eleitoral, o que não se confirma. Os indicadores de performance sócio-económicos no contexto de crise parecem ter tido pouca relação com a participação extra-eleitoral da sociedade civil junto da Assembleia da República.

Palavras-chave: Associações voluntárias; Sociedade Civil; Crise; Participação extra-eleitoral; Assembleia da República.

ABSTRACT

With this dissertation is intended to learn more about the citizens extra-electoral participation on the National Parliament during the period between 2008 and 2015. On the absence of data to test on, a computer software that allowed to scrape the information from the National Parliament internet website was developed and a new dataset was created. The time span being analysed in Portugal evolves in a context of recession that has afflicted essentially the middle class and the schooled youth. The main possibility in the literature was to find in the income inequality an explanation to the extra-electoral participation, which was not confirmed. The social-economical performance in the context of crisis seemed didn't had any impact in the extra-electoral participation from the civil society in the National Parliament.

Keywords: Voluntary associations; Civil society; Crisis; Extra-eleitoral participation; Parliament;

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	ii
Índice	iii
Indice de Quadros	iv
Indice de Figuras	v
Glossário de Siglas	vi
I. Introdução	1
II. Revisão da Literatura	4
Contributo das associações voluntárias da sociedade civil para a discussão pública	5
A questão da mudança de valores em Portugal	7
Perspectiva histórica das Ações de protesto em Portugal	11
Participação política e desigualdade	18
Contexto legal português na relação das AVSC com o poder legislativo	20
III. Conceptualização	22
IV. Hipóteses	25
V. Metodologia	27
VI. Análise de resultados	31
VII. Conclusões	36
Fontes	38
Bibliografia	39
Anexos	I
CV	V

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades de associação e organizações que as compõem	23
Quadro 2 - Coeficiente de correlação de Pearson entre contributos da sociedade civil para o processo legislativo e os indicadores sócio-económicos	33
Quadro 3 - Coeficiente de correlação de Pearson entre contributos da sociedade civil para o processo legislativo e os indicadores sócio-económicos	34
A.1. Quadro - Temas legislativos contendo contributos da sociedade civil	I
A.2. Quadro - Frequência de iniciativas legislativas na Assembleia da República Portuguesa	II
A.3. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil no processo legislativo na Assembleia da República Portuguesa (por modalidade e ano)	II
A.4. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil no processo legislativo na Assembleia da República Portuguesa (por tema e ano)	III
A.5. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil para o debate relativo a iniciativas legislativas da Assembleia da República Portuguesa e indicadores sócio-económicos	III

INDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 - Materialismo e pós-materialismo na Europa, 1990-1999	9
Gráfico 2 - Variação trimestral do PIB e Emprego 2008 a 2013	14
Gráfico 3 - Gini Index e ratio S80/S20 (2007–11)	15
Gráfico 4 - Total de contributos de cidadãos (modalidade de associação e individual)	31
Gráfico 5 - Total de contributos de cidadãos (temas economia, trabalho e todos os outros)	32
A.1. Gráfico - Total de contributos de cidadãos (modalidade de associação e individual)	IV
A.2. Gráfico - Frequência de contributos individuais e das AVSC de defesa de interesses nas iniciativas legislativas na Assembleia da República Portuguesa e Taxa de crescimento do PIB e Emprego	IV

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- AR - Assembleia da República Portuguesa
- ASVC - Associações Voluntárias da Sociedade Civil
- CRP - Constituição da República Portuguesa
- RAR - Regimento da Assembleia da República

I. INTRODUÇÃO

No meu modo de ver, o que se deve pensar de tudo isto é o seguinte: quando um indivíduo nos vem dizer que encontrou um homem conhecedor de todos os ofícios, que sabe tudo o que cada um sabe do seu ramo, e com mais exatidão do que qualquer outro, devemos assegurá-lo de que é um ingênuo e que, ao que parece, se deparou com um charlatão e um imitador, que o iludi a ponto de lhe parecer omnisciente, porque ele mesmo não era capaz de distinguir a ciência, a ignorância e a imitação (Platão, 380 AD: Livro X)¹.

A citação de Platão retirada da obra “A República” serviu de mote para esta dissertação sobre a sociedade civil e a Assembleia da República Portuguesa (AR)² no período da crise entre 2008 e 2015. Com esta dissertação pretende-se **saber mais sobre os contributos da sociedade civil no contexto institucional do processo legislativo da AR durante o período de crise entre 2008 e 2015.**

A emergência da crise financeira mundial expôs a dificuldade europeia em reagir a uma crise financeira de escala global e em que Portugal e outros países europeus estiveram no centro das atenções mundiais. As sucessivas tentativas de endereçar a crise redundaram em março de 2011 com a queda do governo de Portugal e com a necessidade de recorrer à ajuda financeira externa. Os pacotes de medidas de emergência aplicados em Portugal desde o início da crise em 2008 tiveram como impacto uma inversão do índice de desigualdade de rendimentos que vinha a descer desde esse ano, atingindo o nível máximo de desigualdade na distribuição dos rendimentos em 2010 (Pedroso, 2014: 19).

Com efeito, Portugal assistiu entre os anos de 2011 e 2013 a um conjunto de protestos em espaço público (desfiles/manIFESTAÇÕES). Os temas destes protestos contrastaram com os temas de protestos em anos anteriores, mais ligados a questões de necessidades básicas da população. Estes protestos eram centrados na procura de justiça, melhor distribuição da riqueza e trabalho menos precário (Magnette, 2003: 66-67). Esta atividade de protesto acompanhou a tendência encontrada nos dados do European Social Survey (ESS) em 2012. A percentagem de inquiridos que indicaram ter participado numa manifestação cresceu significativamente entre 2008 e 2012 de 3,7 para 6,8 em Portugal. Guya Accornero e Pedro

¹ Tradução do autor da dissertação tendo por base a tradução em inglês.

² Parlamento ou a sigla AR serão usados ao longo desta dissertação referindo-se sempre e só à Assembleia da República Portuguesa.

Ramos Pinto, ligam estes protestos às mesmas causas de outros protestos à escala global também eles ligados à pioria das condições económicas, à injustiça e à desigualdade (Accornero e Ramos Pinto, 2015: 1-2).

O objetivo central desta pesquisa é relacionar o nível de participação extra-eleitoral, mediante contributos das associações livres da sociedade civil para os processos legislativos da Assembleia da República, comparando dois momentos relevantes em termos económicos: o momento anterior e posterior à emergência da crise económica em Portugal.

De forma a atingir este objetivo, foram utilizadas as evidências de participação política extra-eleitoral da sociedade civil encontradas no site da AR, através da análise de 2769 iniciativas legislativas, no período entre 2008 e 2015, e da classificação de 556 contributos da sociedade civil para essas iniciativas. De acordo com o Regimento da AR (RAR), a participação faz-se com o contributo dos interessados. Estes contributos são a informação entregue de forma voluntária pelos cidadãos para o processo legislativo, individualmente ou associados.³

Foi utilizada a definição e a diferenciação por modalidades de José Manuel Viegas para identificar as associações voluntárias da sociedade civil (ASVC), distinguindo-as das restantes pela forma voluntária de integração dos cidadãos (Viegas, 2004: 34-35, 2011: 51). Para a codificação dos temas das iniciativas legislativas foi utilizado um dicionário de categorias criado a partir do próprio conteúdo.

Nos capítulos deste trabalho que se seguem apresentam-se as formas livres de associação, e discutem-se os principais contributos da teoria para o estudo deste tópico. De seguida exploram-se alguns dados que contribuem para melhor enquadrar as hipóteses e ajudaram a identificar as variáveis relevantes a incluir no estudo. Explora-se também a importância das associações livres para a discussão pública e os factores que influenciam as escolhas dos indivíduos para a participação cívica na comunidade. Mais em específico, descreve-se ainda o que se sabe sobre os protestos em Portugal associados ao período entre 2008 e 2015 e a influência que as desigualdades e o sentimento de injustiça social podem ter na mobilização para a participação política extra-eleitoral. Colocado o cenário, foram

³ O Regimento da Assembleia da República (AR) não faz menção de quem pode contribuir com a sua participação no processo legislativo, mas para este efeito o que uma observação dos dados orientada por um contacto com os serviços jurídicos da AR permitiu identificar é que a distinção é feita pela origem da informação a juntar ao processo.

conceptualizadas as variáveis que depois compuseram as hipóteses. As hipóteses não podiam ter sido testadas sem a criação do um dataset específico uma vez que esta informação não estava disponível de antemão. Este dataset implicou criar um conjunto de programas de computador que permitiram recolher e selecionar os dados para a análise.

A última parte do trabalho refere-se à análise de resultados e as conclusões que podemos tirar com este estudo.

II. REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Alexis de Tocqueville, a participação livre dos cidadãos nas associações da sociedade civil tem benefícios para o próprio e para a comunidade. Os benefícios a que Tocqueville se refere das associações voluntárias da sociedade civil (AVSC), integradas na ordem pública, ultrapassam a proteção dos cidadãos contra a tirania. Para Toqueville a livre associação cria membros poderosos e informados para a comunidade, permite uma maior contribuição para a vida política pela representação dos interesses e uma manutenção da liberdade de forma próxima aos cidadãos (de Toqueville, 1835, 1972: 608, 659, 753). O que Tocqueville percebeu ao estudar as associações nos Estados Unidos da América foi que a forma associativa nesse país as capacitava as associações para exercerem uma pressão organizada e legal direcionada ao poder político.

As associações voluntárias, no seu papel de entre-ajuda, são geradoras de um capital que facilita a obtenção de iniciativas mais próximas dos cidadãos que por elas são afetadas. Na relação social a expectativa de reciprocidade é constante. Esta expectativa dita que se fizermos alguma coisa por outra pessoa, ela ou alguém poderão devolver-nos o esforço que aí fizermos. Para Putnam, sorrir no corredor a alguém poderá suscitar no outro uma propensão para nos ajudar (Putnam, 2001: 2, Putnam, 1993: 2).

A consideração de que uma participação mais ativa dos cidadãos é boa para a democracia está presente em vários autores (de Toqueville, 1835, 1972, OECD, 2001, Putnam, 2001: 2, van Deth, 2009: 643). Nesta noção, a boa forma de governação é aquela em que os cidadãos também participam no processo de decisão. As associações têm a possibilidade de recolher internamente o testemunho pessoal de cada associado e, através de um processo de generalização destes testemunhos, entregá-los como contributo para a deliberação política. Este contributo pode aumentar o conhecimento dos eleitos sobre os temas e enriquecer assim a discussão pública na procura de uma solução comum. Os associados podem entender que as suas ações terão maiores efeitos se executadas em conjunto, obtendo resultados para si e para os outros, o que não conseguiriam de forma individual (Olson, 1965: 8).

O entendimento dos indivíduos de que necessitam intervir em grupo através das associações livres pode vir da desconfiança que têm do processo deliberativo, por entenderem que este está perdido quando confrontado com argumentos de força num debate. As

associações voluntárias transportam com elas para a discussão pública o conhecimento e a experiência de cada associado, entregando o testemunho dos seus associados que justifica a sua mensagem. Na discussão pública é esperado como efeito positivo o aumento da racionalidade, reduzindo os discursos de interesse e decisões por razão da força que são favorecidos quando a discussão decorre fora da esfera pública (Cohen, 1989: 68, Elster, 1998: 111, Young, 2001: 672).

A participação dos cidadãos na discussão pública através das associações voluntárias da sociedade civil pode através do seu envolvimento trazer efeitos positivos que contrariem a desconfiança perante a tomada de decisão, mas os indivíduos tem de se sentir capazes de o fazer com sucesso. De acordo com o autor Paul Maganette, referindo-se aos autores Przeworski, Thompson, Norris, Mayer e Perrineu, os incentivos e desincentivos da participação são difíceis de determinar. Os indivíduos ponderam a importância dos temas, o valor moral que lhe atribuem, a sua capacidade de entender e endereçar os temas em discussão antes de participar, mas são principalmente as estruturas institucionais e sistema de partidos que mantém os recursos cognitivos e motivacionais que polarizam a participação política. Os indivíduos que não compreendem este contexto terão muito maior dificuldade em compreender os seus resultados e em participar nos seus processos. As discussões e a construção de compromissos criados antes da discussão pública não facilitam por isso a compreensão dos cidadãos para os seus resultados. Estes ficam sem perceber quais as opções que estavam realmente disponíveis antes e os seus impactos que decorrem das decisões acordadas (Magnet, 2003: 9-10).

CONTRIBUTO DAS ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A DISCUSSÃO PÚBLICA

De acordo com o autor André Freire, a exigência de maior participação dos cidadãos na discussão política e nos processos de tomada de decisão tem estado sobretudo associada aos partidos da chamada “nova esquerda” (“Verdes”, “Socialistas de Esquerda”, “Esquerda Libertária”, etc.) com exceções. O partido de centro, liberal, holandês “Democratas 66” (D66), aparece associado muitas vezes a causas da “nova esquerda” como seja a necessidade de uma maior participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Segundo Freire, referindo-se a Boa Ventura Sousa Santos, existem autores e correntes

políticas que defendem mais referendos e iniciativas legislativas populares, a par com a descentralização do poder, um aumento do ativismo cívico local, como os orçamentos participativos (Freire, 2007: 13).

Para Michael Mann, o poder político da democracia é oriundo da noção de governança disponível pelas diversas entidades organizadas onde se incluem organizações empresariais, organizações não governamentais e movimentos sociais (Mann, 2013). A participação dessas organizações na deliberação política tem como consequência a aproximação das decisões do poder político à realidade que as associações representam e a redução da resistência dos associados e demais cidadãos. Se encararmos essa participação do ponto de vista do debate político, os eleitos podem aceitar este contributos para se apresentarem em público como mais responsáveis e transparentes, porque entendem a erosão da sua capacidade de representação (Mair, 2003: 278) e valorizam por isso os efeitos positivos das associações voluntárias na discussão política na esfera pública. As associações voluntárias entram na discussão política com o poder derivado dos recursos próprios que reuniram e da sua capacidade organizativa própria, o que lhes dá possibilidade sancionatória dos eleitos (Habermas, 1992: 418).

Estas conclusões não são no entanto consensuais. Enquanto vários autores valorizam o diálogo entre as associações voluntárias da sociedade civil e os representantes eleitos por ser uma forma de enriquecimento da discussão política, outros há que apontam esta relação como uma forma de facilitar a criação de redes paralelas às instâncias formais e burocráticas da democracia, redundando numa dificuldade para o controlo das políticas públicas pelos eleitos (Gomes, 2010: 374). Serão estes eleitos que mais tarde serão julgados pelo voto. De acordo com os estudos de Manuel Villaverde Cabral, a maioria dos portugueses indica que os seus eleitos acabam por usar esse poder para tomar decisões importantes de forma contrária à forma que os eleitores consideram ideal (Cabral, 2000: 109). Estes resultados podem ser potenciadores de desconfiança dos cidadãos para com a elite política (Magone, 7, 2004). Dos eleitos, quando confrontados com os contributos que lhes são entregues para deliberação política, pode ser esperado que adaptem a sua posição ao resultado racional que melhor serve a comunidade e não apenas ao desejo dos seus eleitores diretos. Isto contraria a expectativa individual desses mesmos eleitores de que os eleitos prossigam com o objetivo que inicialmente estabeleceram, o que pode levar a uma maior desconfiança das elites políticas.

A QUESTÃO DA MUDANÇA DE VALORES EM PORTUGAL

Organizações dirigidas pelas elites como os partidos políticos, as associações sindicais ou as igrejas tem visto nas democracias estabelecidas o declínio no número dos seus membros (Inglehart e Catterberg, 2002). Isto não significa que se confirme um estado de apatia dos cidadãos em relação à política. Numa análise aos dados empíricos de 21 democracias entre 1981 e 2000, Inglehart concluiu que as formas de participação não convencional têm vindo a subir nas democracias mais antigas. A nível mundial, o decréscimo da participação convencional dirigida pelas elites e o aumento das formas pontuais e individualizadas de participação são apontados como um facto consumado pelos autores Inglehart e Gatterberg (2002) para as gerações pós-materialistas. Estes autores encontraram nos dados empíricos um aumento em termos mundiais do número de cidadãos que preferem encontrar formas de participação que não os associem permanentemente, deixando de aparecer assim nas listas de associados, mas continuando a contribuir para a discussão política pública, o que acentua a ideia de declínio da participação dos cidadãos através das associações voluntárias da sociedade civil.

Os cidadãos nas democracias mais desenvolvidas preferem cada vez mais monitorar e intervir politicamente apenas quando entendem ser necessário. Evitam um compromisso ou referências a políticas partidárias. Esta noção acompanha a forma como as próprias organizações dirigidas pelas elites passaram a receber os contributos dos cidadãos. O modelo semi-profissionalizado de atuação das associações voluntárias acaba por dar maior preferência aos donativos do que à participação mais ativa no seio da associação. Esta forma de atuação resulta na diversificação dos contributos da sociedade civil e no aumento das formas de participação de desafio das elites dirigentes. (Inglehart e Catterberg, 2002: 17, Marien, et al., 2010: 3)

Os estudos empíricos sobre os sistemas de valores dos indivíduos têm demonstrado uma alteração das prioridades valorativas dos vários indivíduos ao longo das gerações estudadas. Essas prioridades não variam em correlação com os ciclos económicos que uma geração experimenta, mas são afetadas no período inicial de socialização de cada geração (Inglehart e Catterberg, 2002). Portugal não se encontra incluído na investigação inicial de Inglehart, mas podemos questionar, caso fosse estendida até Portugal, se iríamos encontrar aí como nos outros países as gerações mais ativas politicamente com uma participação individual pontual,

desligada das organizações dirigidas pela elites e se se traduziria no aumento de contributos individuais no âmbito do processo legislativo português como forma de protesto contra essas mesmas elites.

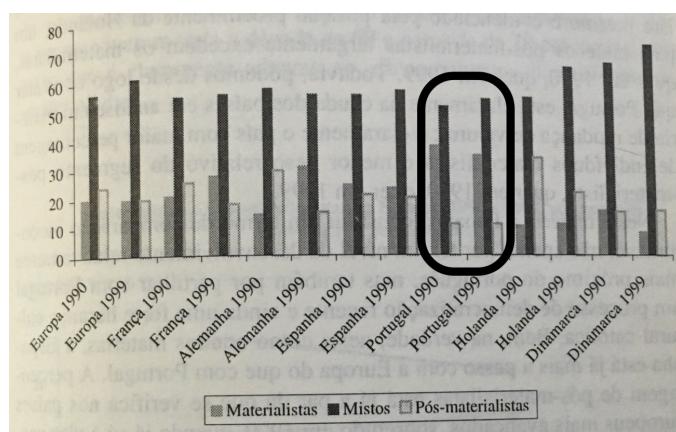
André Freire estudou os sistemas de valores do indivíduos em Portugal (2003b), baseando-se para isso nas hipóteses da mudança de valores de Ronald Inglehart (1971-1997). Inglehart identifica uma relação entre a socialização e a escassez para explicar as prioridades dos indivíduos em relação aos temas que mais valorizam. Em países onde o ritmo de crescimento económico foi mais acentuado nos últimos tempos, a diferença de valores entre gerações é mais clara que naqueles em que o crescimento económico foi menos acentuado.

Na relação do indivíduos com a escassez (hipótese da escassez de Inglehart), as prioridades valorativas estão diretamente ligadas aos bens (materiais e imateriais) que lhes estão disponíveis. Nesta hipótese são menos valorizados os bens em maior abundância e mais valorizados os bens em maior escassez. Isto explica a valorização dada pelas gerações que viveram momentos de privação, como a segunda grande guerra mundial. Estas gerações valorizam mais o bem estar material e a paz, e por consequência os indivíduos desta geração optam por valorizar o crescimento económico e forças de segurança fortes. Por outro lado, as gerações que já nasceram depois destes eventos, e por isso usufruíram de um ambiente de relativa prosperidade constante e de uma economia em crescimento, tendem a valorizar mais os temas menos ligados ao bem estar material, como a defesa da qualidade de vida e a expressão e realização individual. Na relação com a socialização (hipótese da socialização de Inglehart) a definição dos valores nos indivíduos constrói-se durante a fase de socialização primária, dificilmente se alterando depois de atingirem a idade adulta. Esta ordenação valorativa regista alterações quando comparadas as gerações mais novas com as gerações mais velhas e essa diferença mantém-se estável ao longo das flutuações conjunturais que resultem de períodos recessivos e/ou marcados por forte insegurança (Freire, 2003b: 298-300).

Quando testou as hipóteses de Inglehart para Portugal, o autor André Freire usou uma conjunto de 4 perguntas do European Values Survey como indicadores. As perguntas utilizadas para esta pesquisa foram colocadas a indivíduos portugueses nos anos de 1990 e 1999. Os indivíduos que escolheram “Manter a ordem no país” e “Combater o aumento de preços” foram identificados como materialistas. Os que escolheram “Dar aos cidadãos maior

capacidade de participação nas decisões importantes do governo” e “Defender a liberdade de expressão” foram identificados como pós materialistas. Os restantes indivíduos, aqueles que não optaram pelos conjuntos referidos anteriormente, foram identificados como tendo valores mistos. Numa Europa em transição ainda para os valores pós materialistas, Portugal apresentou no trabalho deste autor os resultados mais elevados nos indivíduos com valores materialistas e os resultados mais baixos em indivíduos que se identificaram com os valores pós-materialistas (Freire, 2003b: 303-304).

Gráfico 1 - Materialismo e pós-materialismo na Europa, 1990-1999



Fonte: Estudo Europeu de Valores 1990-1999 - Adaptado (Freire, 2003b: 303)⁴

Seria simplista interpretar estes dados sem ter em conta o desenvolvimento económico de cada um destes países nos anos em análise ou as gerações dos indivíduos questionados. O desempenho económico português não é no entanto suficiente para explicar a diferença de Portugal para países como a Espanha. Os indivíduos portugueses viveram uma época de guerra colonial que torna a mudança para valores pós materialistas muito mais difícil (Freire, 2003a: 304-305). Segundo André Freire, na teoria de Inglehart é fundamental referir que os efeitos do ciclo de vida dos indivíduos não afetam os valores com que se identificam. Se assim fosse, os indivíduos mais jovens materialistas passariam a pós materialistas quando se tornassem mais velhos num ambiente de prosperidade económica, passando a valorizar mais a qualidade de vida e realização pessoal, o que não se verificou também para Portugal.

Estas tendências de valorização têm impactos na participação política dos indivíduos.

⁴ Gráfico do trabalho de André Freire adaptado para destacar a situação de Portugal

Ao contrário sociedades industriais, nas sociedades pós-industriais a mobilização política é mais autónoma. Os indivíduos tendem a participar menos dirigidos pelas elites (partidos, associações profissionais, sindicatos, igrejas, etc.) e de forma mais autónoma (Freire, 2003a: 324). Isto faz com que a participação extra-eleitoral⁵ dos indivíduos das gerações mais recentes seja muito mais ativa e desafiadora das elites políticas por aceitar menos a autoridade hierarquizada nas organizações oligarcas (Inglehart e Catterberg, 2002: 4). À medida que o indivíduo adquire mais recursos próprios, espera-se que participe mais. Referindo-se a Mayer e Perrineau, o autor André Feire faz notar que, no respeitante a formas extra-eleitorais de participação, não é lógico que um indivíduo com mais recursos financeiros recorra a formas de participação política de protesto ou desafiadoras das elites. A idade mais avançada dos indivíduos está associada não só ao maior numero de recursos, mas como à assunção de outras responsabilidades familiares e maior integração na comunidade, o que resulta em maior participação política no ato eleitoral (Freire, 2003a: 333).

Os testes do autor André Freire encontraram pouca relevância em matéria explicativa nos recursos dos indivíduos para justificar a participação extra-eleitoral em vários países. Em Portugal encontrou apenas relação relevante nos indivíduos que responderam no ano de 1990 e entre os outros países as correlações também não eram relevantes. O autor aponta para a ausência das variáveis “instrução” e “rendimento” como razão para os valores entre os vários países do estudo serem tão distintos, só permitindo concluir que em matéria de participação os indivíduos mais jovens são os que apresentam maior potencial de participação política. Concorrem para essa explicação fatores como a prática religiosa, a dimensão do habitat, mas principalmente o índice de associativismo. Como principais fatores explicativos para o aumento do potencial de participação o autor aponta as atitudes políticas e os sistemas de valores (materialismo versus pós materialismo), onde este potencial aumenta com a importância que o indivíduo dá à política e a frequência com que a discute (Freire, 2003a: 334-335).

O autor André Freire concluiu que há já uma mudança de valores no sentido pós-materialista em curso em Portugal e na Europa, mas que Portugal evidêncie um claro atraso em termos do peso relativo dos indivíduos que demonstram dar maior importância aos valores pós-materialistas comparativamente aos indivíduos que demonstram dar maior importância

⁵ Simplificadamente, a participação extra-eleitoral é aquela que não acontece apenas no momento de votar.

aos valores materialistas, como também não é marcado por um crescimento da participação extra-eleitoral. Enquanto nos restantes países Europeus estudados o declínio da participação eleitoral é observado como inversamente relacionado com o aumento da participação extra-eleitoral, isto já não se verifica para Portugal entre 1990 e 1999 (Freire, 2003a).

PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS AÇÕES DE PROTESTO EM PORTUGAL

As ações de protesto no espaço público em Portugal são entendidas por José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas (2005: 100) como sendo uma visão do potencial de participação política da sociedade civil. Este potencial pode ser aplicado de forma efémera ou mais duradoura. Para estes autores, a ideia apresentada por Boa Ventura Sousa Santos de que a divisão entre Estado e sociedade civil é demasiado simplista é sustentada no quadro analítico do mesmo autor. De acordo com estes autores, Sousa Santos indicava que a sociedade civil é fraca e pouco autónoma nos espaços de produção de cidadania, mas forte, autónoma e auto-regulada nos espaços domésticos, aqueles que dizem respeito à sociedade-providência.

De acordo com os autores Mendes e Seixas, à heterogeneidade e fragmentação que caracteriza o Estado junta-se um comportamento autoritário e imprevisível desse mesmo Estado, oscilando entre um Estado predador e um Estado protetor (Mendes e Seixas, 2005: 101-102). Os autores referem-se a Manuel Villaverde Cabral para descrever um despotismo administrativo e um distanciamento histórico entre as elites e a população. Referindo-se aos trabalhos de Villaverde Cabral, os autores Mendes e Seixas referem um distanciamento entre eleitos e eletores que pode parecer paradoxal face ao tempo que decorreu desde o 25 de abril até à data desse estudo. Mendes e Seixas descrevem as abordagens teóricas onde a mais corrente aponta para uma relação entre protestos violentos e crónicos e um Estado e instituições avaliadas como pouco permeáveis à participação política. Mas Mendes e Seixas criticam esta aproximação como simplista por não ter em conta a existência de outros atores como jornalistas que interagem com movimentos sociais, determinam o acesso ao espaço público através dos mass média e dão através dos seus relatos recursos de produção de lógicas justificativas aos intervenientes nos protestos (Mendes e Seixas, 2005: 102).

Os autores Mendes e Seixas referem Jack Goldstone para descreverem a relação entre a qualidade da democracia e a possibilidade de protesto. Referindo-se a este autor indicam que, tanto a democratização da democracia como a política institucional, assentam no mesmo

princípio de que a pessoas comuns trazem valor à discussão política e devem por isso ser ouvidas. Para os autores, é a especificidade dos movimentos sociais e de protesto que determinam quando são necessários ativar os meios que reúnem e onde os aplicar (Mendes e Seixas, 2005: 103). Os autores Mendes e Seixas referem-se ainda à critica negativa feita por outros autores relativamente às formas de participação não institucionalizadas e de como estas formas são contrárias ao que chama de jogo democrático (Mendes e Seixas, 2005: 103).

Para descrever o caso português, os autores Mendes e Seixas recorrem ainda ao autor António Barreto. Este autor a que se referem, na sua opção teórica não restringe a democracia por adjetivação e considera-a essencialmente baseada no voto livre e direto sem imposição de participação. Em António Barreto encontraram uma divisão da participação em “espontânea” e participação organizada, sendo que a primeira não obriga a contribuições permanentes e organizadas. Os autores referem que António Barreto, excluindo as formas de contribuição espontânea como forma de participação política, encontrou em Portugal um acréscimo de atividade política ao nível do associativismo de defesa de interesses e novos temas (sindicatos, organizações patronais, defesa ambiental) e o decréscimo das formas tradicionais de associativismo mais ligadas à inserção social e ação cívica (Mendes e Seixas, 2005: 104).

Os autores Mendes e Seixas, baseando-se nos vários autores referidos atrás, entendem que as ações de protesto e reivindicação devem ser lidas em Portugal como elementos integrantes da democracia sendo indicadores e promotoras de democracia por indiciarem as insuficiências da democracia participativa e das ações enquadradoras do Estado e dos aparelhos político-partidários (Mendes e Seixas, 2005: 107).

Para descreverem o protesto em Portugal, os autores Mendes e Seixas utilizaram uma série temporal entre 1992 e 2002, analisando jornais de circulação nacional e procedendo à codificação exaustiva das notícias sobre o tema. A codificação permitiu-lhes identificar uma maior incidência dos protestos de forma localizada, centrando-se em temas sociais em primeiro lugar, segundo educativo e terceiro ambiental. Os protestos identificados foram na sua maioria de caráter pontual (56%) relativos a problemas do momento em que ocorreram, sendo em minoria os protestos com caráter mais prolongado e pontual (Mendes e Seixas, 2005: 109-112).

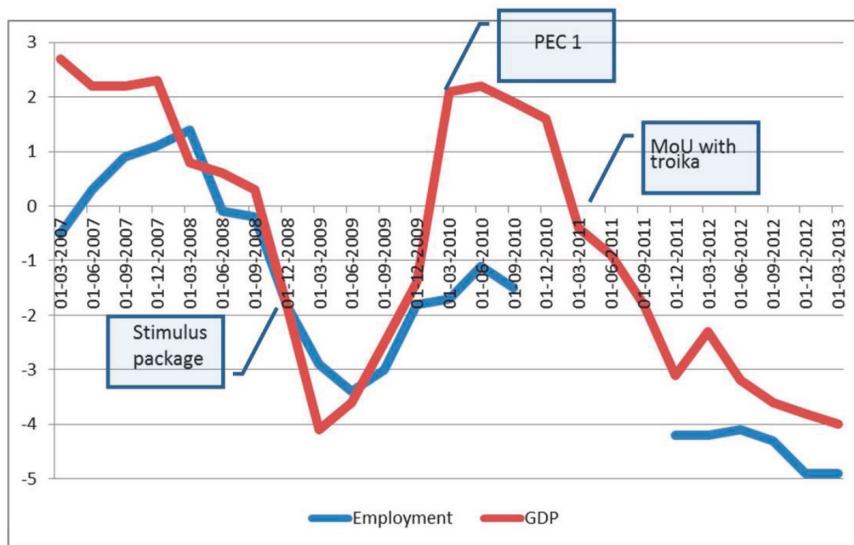
A grande maioria dos protestos codificados pelos autores Mendes e Seixas tiveram lugar nos distritos de Lisboa e Porto, por esta ordem, com forte incidência nas áreas metropolitanas

de Lisboa e Porto, o que propõem ser explicado pela proximidade aos órgãos de comunicação social, dimensão populacional e pelo peso da população do ensino superior, que acaba por reproduzir a distribuição do nível de ensino na população portuguesa. Portugal é caracterizado pela escolha dos desfiles ou manifestações e das petições como forma de protesto principal. Neste estudo de Mendes e Seixas, estas são as formas de protesto mais identificadas, sendo que em terceiro são encontradas formas que combinam duas ou mais outras formas. O repertório de protesto é variado, demonstrando maior variedade quando envolve as questões educativas. São os protestos culturais aqueles que originam actos de violência, não havendo relação com escala ou local. Os autores fazem ainda questão de realçar que o protesto no espaço público está associado a governações de esquerda, coincidindo com os governos do Partido Socialista no período em análise (Mendes e Seixas, 2005: 116-119).

Os autores Mendes e Seixas referem em conclusão que os protestos no período estudado se relacionam de forma clara com os ciclos eleitorais, marcando as fases iniciais e finais dos mesmos, centrando-se em necessidades básicas da população como arruamentos, habitações condignas, saneamento básico, instalações escolares ou a colocação de professores. Encontram também um número relevante de ações com uma componente internacional e universalista, principalmente de temas ambientais e políticos. Para estes autores a atividade que encontraram e o elevado grau de mobilização contrastam com as descrições de apatia política patentes na sociedade portuguesa (Mendes e Seixas, 2005: 123-125).

O contexto institucional e as características do grupo de indivíduos que constituem a associação determinam a escolha da forma de atuação. No caso das associações com necessidade de alargar a sua base de apoio para prosseguir os seus fins, estas podem optar por estratégias de participação que lhes dêem maior visibilidade (Dür e Mateo, 2013: 662). As associações podem recorrer para isso a formas não convencionais com maior impacto, organizando por exemplo um boicote a um produto (Stolle, 2005). Isto pode significar que os mesmos cidadãos ou associações podem participar de forma a que provoquem um impacto desproporcionado ao número de associados, por exemplo pela difusão da sua mensagem através dos mass media, mas não significa que não contribuam para a deliberação política através dos processos formalizados pelas instituições da democracia.

Gráfico 2 - Variação trimestral do PIB e Emprego 2008 a 2013



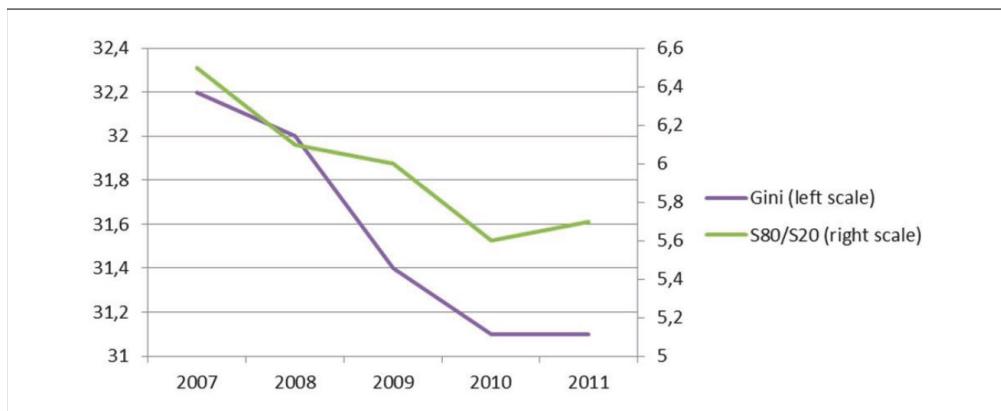
Fonte: Eurostat - Adaptado (Pedroso, 2014: 10)

Em março de 2011 o governo de Portugal em minoria na AR vê-se confrontado com a necessidade de recorrer à ajuda financeira externa quando lhe é chumbado o quarto pacote de austeridade (Plano de Estabilidade e Crescimento 4 - PECIV). Um pacote de medidas de emergência é definido pelos partidos políticos PSD, PS e CDS em conjunto com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (troika). O autor Paulo Pedroso (2014) resume a ação dos governos portugueses entre os anos de 2008 e 2013, após a crise económica mundial de 2008, como tendo passado por três atitudes diferentes, como ilustrado no gráfico 2. Numa primeira fase foram aplicadas medidas que tentaram salvar a economia do impacto da crise financeira global. Com foco no sistema financeiro, afetado pelas ligações entre a banca de investimento, a banca comercial e as companhias seguradoras, foi aplicado um programa de tentativa de sustentação deste setor. Num segundo momento tentou-se reduzir os impactos económicos e sociais da crise. No terceiro momento tentou-se a consolidação orçamental pela via fiscal. Nestes três momentos os governos aplicaram medidas acordadas com a Comissão Europeia e mais tarde também com a troika, conforme ilustrado pelo gráfico do autor. No 3º momento, o governo eleito em 2011 aplicou medidas recessivas acordadas com a troika⁶, tentando criar uma mudança socio-económica no sentido

⁶ Existe uma discussão pública se o governo foi ou não além das medidas acordadas com a troika. Enquanto o então candidato Pedro Passos Coelho afirmou que poderia vir a fazê-lo, não é claro que assim seja porque, uma vez assumido o cargo de Primeiro Ministro, este pode renegociar metas e formas de atingir os objetivos com a troika em cada revisão.

da desregulação do trabalho e da privatização total ou parcial dos bens do Estado (Pedroso, 2014: 2-3).

Gráfico 3 - Gini Index e ratio S80/S20⁷ (2007–11)



Fonte: Eurostat - Adaptado (Pedroso, 2014: 19)

Na análise socio-económica do impacto destas medidas, Pedroso refere que estas afetaram principalmente os trabalhadores precários, o desemprego jovem os benefícios sociais, as pensões dos mais idosos e os serviços de saúde nacionais. Estas medidas trouxeram mais problemas sociais que ao mesmo tempo tinham menos resposta da comunidade (Pedroso, 2014: 1). O nível de desigualdade dos rendimentos, que tinha vindo a reduzir em Portugal nos anteriores à crise como ilustra o gráfico 3 do mesmo autor, sofreu uma inversão com a aplicação dos pacotes de consolidação orçamental (Pedroso, 2014: 19).

O autor Elísio Estanque estudou em Portugal e no Brasil, entre os anos de 2011 e 2013, aquilo a que chamou as rebeliões da classe média (2014). No período em causa, ambos os países experimentaram um conjunto de protestos em espaço público de dimensão acima da média. Este autor pretendia ir além das teorias clássicas sobre os movimentos sociais no mundo ocidental e situar o fenómeno como sendo sócio económico partindo da hipótese de que este decorre de dinâmicas e tensões sociais oriundas da classe média. Este autor admite a controvérsia do seu artigo, mas entendeu que devemos questionar a ideia de uma classe média marcada pela passividade, individualismo e adesão acrítica ao que chamou de “ordem burguesa”. Pretendeu ainda sim identificar quem se mobiliza e qual o sentido de mudança que

⁷ No índice de Gini e ratio S80/S20, o valor 0 (zero) indica uma total igualdade da distribuição de rendimentos enquanto os valores mais elevados apontam para uma maior desigualdade dos rendimentos.

imprimiram na comunidade. Procurou identificar estas características de novidade nas manifestações do último ciclo de movimentos sociais onde se inserem os casos referidos por este autor (Estanque, 2014: 54).

Estanque encontrou as mesmas características de ambos os países que estudou. No seu artigo identifica uma classe média⁸ agregada em torno de medidas justas, de moderação e virtude que se opõe à riqueza ou misérias extremas. Refere-se a Marx e Weber para referir que estes protestos não traziam uma lógica de oposição entre trabalho e propriedade. Em lugar disso, apresenta uma situação de perda da herança social do pós-guerra e de novas gerações educadas com perspectiva de empobrecimento que os seus pais não tiveram. Aponta como razão para esta situação a contratação precária, pontual e de baixa compensação que coloca as novas gerações em oposição à geração de trabalhadores com postos de trabalho mais estáveis (Estanque, 2014: 59-60).

O panorama descrito pelo autor Elísio Estanque para Portugal foi baseado no trabalho de Nuno Nunes de 2013. Este trabalho utilizou como fonte o European Social Survey e, baseado na tipologia de classe dos autores João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, que caracteriza como classes mais vulneráveis as que reúnem os Empregados Executantes juntamente com os Profissionais Técnicos e de Enquadramento. Estas são classes qualificadas de trabalhadores que detinham as posições mais estáveis entre os assalariados. Foram também as classes que mais cresceram em termos emprego entre os anos de 1960 e 2011. Caracterizaram as alterações ao sistema de emprego por um aumento dos trabalhadores vulneráveis, a que se referem como novos proletários. De acordo com Estanque, desde 1990, o crescente neoliberalismo vinha a por em causa o modelo europeu e de Estado social, sendo os primeiros direitos a ser atingidos aqueles que dizem respeito ao mundo do trabalho. As medidas de “reforma” implementadas durante o período de vigência do acordo com a troika no sistema de emprego interferiram diretamente na coesão social, nas condições laborais, no mercado de trabalho e na vida dos cidadãos e das suas famílias. O resultado foi a alteração da distribuição de rendimentos e o aumento das desigualdades, com os mais ricos a verem um aumento do rendimento total dos 5% e 10% mais ricos a ver uma subida de 0,8 e 0,6 pontos percentuais, respectivamente (Estanque, 2014: 62-65).

⁸ O texto do autor não pretendia debater as várias definições discordantes de classe média como classe social.

O autor Elísio Estanque refere-se ao estudo do Instituto de Ciências Sociais (ICS) de 2014 para enquadrar as atitudes dos cidadãos portugueses no período em análise. O estudo do ICS baseado no European Social Survey (ESS) de 2012-2013 revelou um fosso entre o valor dado pelos inquiridos à “importância” e ao “desempenho” das instituições democráticas (Estanque, 2014: 65).

Neste panorama os protestos continuaram a estar associados em Portugal essencialmente ao mundo do trabalho. O autor Elísio Estanque descreve estes protestos enquadrados na vaga de manifestações ao nível mundial. Estas foram dinamizadas por jovens escolarizados, com organização em rede suportada na Internet. Em Portugal, as manifestações principais desse período incluiram a “Geração à Rasca” em 2011, a Greve Geral convocada pelas duas centrais sindicais portuguesas em 2012, as manifestações “Que se lixe a Troika” em 2012, a Greve Geral Europeia em 2012, a manifestação “Grândola Vila Morena, o Povo é quem mais ordena” e os boicotes exporádicos a declarações de membros do governo chamados de “grandoladas”⁹. O descontentamento para com os partidos e os resultados da democracia representativa estavam patentes nos cartazes e palavras de ordem (Estanque, 2014: 66-67).

O autor Elísio Estanque (2014) concluiu que estes momentos de protesto evidenciaram a força política simbólica das lutas coletivas e ao mesmo tempo expuseram uma lógica individual ilustrada no seio das manifestações. Os cartazes empunhados continham slogans centrados no indivíduo com dizeres como “eu quero ser feliz” lado a lado com temas coletivos e antipartidos. Esta dinâmica paradoxal de ação coletiva, rebeldia e individualismo proposta pelo autor, com expressões em sentidos contraditórios são ilustração das diferenças contidas na chamada classe média, onde os segmentos instruídos sentiram muito mais a contração. Neste panorama o autor propõem uma nova leitura inorgânica para as manifestações (Estanque, 2014: 74-76).

O autor José Soeiro (2014) estudou mais em detalhe os movimentos que estiveram na base do protestos “Geração à Rasca” e “Que se lixe a Troika” e procurou identificar as suas principais características e significado sociológico. Desligados das formas de organização da sociedade civil, estes movimentos não tinham ligação direta aos partidos, sindicatos ou

⁹ As grandoladas eram uma forma de boicote às declarações dos representantes políticos, essencialmente ligados ao governo dos partidos PSD/CDS. Para interromper as suas declarações os manifestantes riam-se e cantavam o tema “Grândola, vila morena” de Zeca Afonso. Como nota Elísio Estanque, o alvo preferencial na altura foi o Ministro Miguel Relvas.

movimentos sociais¹⁰ e organizações não governamentais, suportando-se numa comunidade virtual global inspirada pelas experiências de outros países. Uma das características destes movimentos era um discurso centrado na denúncia da captura dos sistema económico, das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro. Os percursores destes movimentos são caracterizados como jovens com formação, sem emprego ou com trabalho precário e baixos salários, em que a falta de perspectivas de crescimento ou mesmo o primeiro emprego desembocaram numa frustração social que acabou por confluir nestes movimentos, quase sempre de ação direta e ocupação de espaço público. As redes sociais eletrônicas e os telemóveis tiveram um papel essencial na sua ação, tendo suportado a organização e difusão da sua mensagem. Referidos como sendo uma novidade, um estudo mais aprofundado permite identificar os mesmos atores e ligações às formas convencionais de organização da sociedade civil (Soeiro, 2014: 56-61).

Soeiro descreve a manifestação de 12 de março de 2011 como o momento fundacional. Foi o primeiro protesto convocado a partir da Internet e desligado dos modelos de organização convencionais, unindo os jovens na sua condição de precariedade em várias cidades. O autor descreve os mesmos momentos de protesto já descritos pelo autor Elísio Estanque e resume como este autor três grandes tendências:

- (1) a precarização do trabalho e a instalação em força do desemprego de massa, nomeadamente entre os mais jovens; (2) a crise económica e a estratégia austerritária; (3) a des-democratização da democracia e a desafeição relativamente à representação política e institucional (Soeiro, 2014: 63)

A capacidade organizativa, a origem associativa de alguns dos organizadores e a formação dos participantes leva-me a questionar-me de que outras formas de ciber-ativismo se sentirão estes indivíduos capazes de executar com resultados positivos.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADE

Eric M. Uslaner e Mitchell Brown (2005) definem a relação entre desigualdade, confiança e participação cívica referindo três pontos. Os níveis elevados de confiança e igualdade são dois caminhos para a participação, mas dificilmente explicam tudo. (1) Onde a desigualdade é mais elevada, aqueles com menores rendimentos ponderam que a sua participação não terá qualquer efeito e que os seus pontos de vista não serão representados.

¹⁰ Não é claro se o autor identifica as organizações da sociedade civil pelas mesmas modalidades conforme José Manuel Viegas define (Viegas, 2011)

(2) Porque a confiança nos outros depende da igualdade económica, quando os rendimentos são distribuídos de forma desigual, as pessoas nos extremos opostos não se vêm como partilhando o mesmo destino e por isso têm menos razões para confiar. (3) A confiança é um processo psicológico que é mais difícil de construir no sentido positivo quando a desigualdade é elevada. As desigualdades económicas levam primeiro a níveis reduzidos de otimismo, que se traduz em menor confiança, mas os autores encontraram pouca credibilidade na ligação entre a confiança e participação cívica, contrariando a noção esta seria o fator explicativo da participação cívica, o que os levou a testar a teoria (Uslaner e Brown, 2005: 2-7).

Uslaner e Brown referem a ligação entre participação cívica e educação superior. Os indivíduos com formação superior tem maior probabilidade de se interessar nos assuntos políticos por os entenderem melhor e por isso tem maior probabilidade de querer fazer ouvir a sua voz. Os autores contestam também a noção que exista uma ligação entre entre desigualdade e participação. O que indicam é que o principal efeito da desigualdade nos grupos de menores rendimentos é antes não participar por terem menores recursos e considerarem que o sistema está feito para os derrotar (Uslaner e Brown, 2005: 9-10).

Uslaner e Brown concluem que a desigualdade, medida pelo índice de Gini, é um indicador determinante para a confiança demonstrada em inquéritos do General Social Survey (GSS). Concluem ainda que existe um efeito indireto das desigualdades económicas e que estas têm apenas efeito no voluntariado. Ainda de acordo com estes autores, os grupos de menores rendimentos participam menos nos assuntos políticos, mas esta tendência não aumenta com o aumento das desigualdades. A sua conclusão final é que a relação entre desigualdade, confiança e participação serão bem mais complexas que uma ligação causal linear (Uslaner e Brown, 2005: 22).

Frederic Solt (2008) propõem que a maior desigualdade de rendimentos leva os indivíduos de maior rendimento a procurarem uma parcela do poder e que em contextos de maior desigualdade de rendimentos reduz o interesse nos assuntos políticos. Se os recursos próprios e económicos podem ser utilizados para influenciar os outros, então a ligação entre recursos e maior participação política é lógica e advém da maior probabilidade da aplicação desses recursos reverterem em resultados esperados (Solt, 2008: 2-3). As conclusões do estudo de Solt apontam para que a desigualdade de rendimentos tenha um efeito desmobilizador em termos de participação política derivado da fraca expectativa dos

indivíduos em que o investimento dos seus parcous recursos resulte. O contexto da desigualdade de rendimentos é da maior importância para determinar o interesse do indivíduo na política em qualquer dos modelos testados por este autor (Solt, 2010: 17).

O autor Henry E. Brady (2004) questiona a qualidade dos modelos empíricos aplicados para a análise da relação entre o participação política e desigualdade de rendimentos. Na sua opinião tem sido dada muito maior atenção à relação entre educação e ocupação com a participação política do que aos impactos da desigualdade dos rendimentos e como esta afeta a desigualdade da participação. Na sua opinião, mesmo quando existem estudos sobre a participação e os rendimentos, estes são muito mais estendidos no tempo, essencialmente sobre participação eleitoral e com valores demasiado agregados, o que resulta em que muito pouco pensamento tenha sido registado sobre esta relação (Brady, 2004: 14).

Existindo várias tentativas de encontrar uma relação entre desigualdades de rendimentos e comportamento político dos indivíduos, como indicam Uslaner e Brown referindo-se a Putnam, o envolvimento cívico, a reciprocidade, a honestidade e a confiança são um “well-tossed spaghetti” difícil de interpretar (Uslaner e Brown, 2005: 5), criando ainda maiores dificuldades em garantir que um modelo lógico possa depois ser suportado em dados empíricos.

CONTEXTO LEGAL PORTUGUÊS NA RELAÇÃO DAS AVSC COM O PODER LEGISLATIVO

O poder legislativo reside ainda em grande parte nos parlamentos nacionais (OECD, 2001: 9) Em Portugal, o parlamento encontra-se na Assembleia da República Portuguesa (AR) e, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, os candidatos eleitos para a AR representam todo o país e não apenas os círculos eleitorais pelos quais são eleitos. A organização temática, regional ou por interesses é deixada à liberdade dos cidadãos e ao livre associativismo. Os cidadãos portugueses têm o direito de constituir associações de forma livre e independente de qualquer autorização. Estas associações não se podem destinar a promover a violência ou ter fins contrários à lei ("Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional," 2005: 15).

Os cidadãos portugueses têm a possibilidade de participar de forma mais ou menos convencional na discussão pública, ligadas ou não às organizações dirigidas pelas elites, como

os partidos ou outro tipo de associações, mas a participação integrada no processo legislativo da Assembleia da República depende de um contributo formalizado, registado nos procedimentos do parlamento e apresentado publicamente através do site da Assembleia da República Portuguesa (Regimento da Assembleia da República, 2007).

Na AR, a participação dos cidadãos, individualmente ou através das associações voluntárias da sociedade civil (AVSC), tem lugar num processo formal que recorre para análise nas comissões parlamentares competentes ao que o RAR identifica como contributos dos interessados (Regimento da Assembleia da República, 2007: 44). Estes contributos para o processo legislativo são entregues ou recolhidos por escrito ou através de audição pública à comissão competente, ficando posteriormente registados juntamente com o processo legislativo e acessíveis publicamente através do site da AR.

Existe um desejo dos eleitos portugueses de tornar a AR mais transparente, responsabilizável e próximo dos cidadãos (Filipe, 2009: 2). O registo de contributos das associações voluntárias no âmbito das iniciativas da AR poderá ser indicativo de uma tentativa de aumento da legitimidade (Young, 2001: 5-6) e de uma maior preocupação com a ética da deliberação na esfera pública no processo legislativo.

A contribuição destas associações voluntárias para a deliberação pública e o nível geral de envolvimento associativo é considerado genericamente fraco em Portugal quando comparado aos países do norte da Europa. As associações voluntárias da sociedade civil com maior envolvimento dos cidadãos acabam por ser aquelas que estão centradas na integração social (Viegas, 2004: 42-43).

Poderíamos problematizar se o maior ou menor contacto direto dos cidadãos com os seus representantes políticos justifica ou resulta de uma fraca aceitação do sistema e, por consequência de uma redução ou aumento da confiança ou apatia em relação às suas instituições. Sabe-se no entanto que existe uma correlação entre a insatisfação com o desempenho do sistema democrático e as suas instituições e o desempenho económico em Portugal, e também uma relação entre a existência ou não de incentivos para os eleitos atenderem mais diretamente aos desejos dos eleitores (Magalhães, 2009: 3, Torcal e Magalhães, 2009).

III. CONCEPTUALIZAÇÃO

O aumento da participação, e em especial a participação dos cidadãos de forma autónoma, que Inglehart indica nos seus trabalhos não quererá imediatamente dizer que será encontrado um declínio dos contributos oriundos das associações voluntárias da sociedade civil (AVSC) na Assembleia da República (AR). O não crescimento do número de associados entre 2001 e 2008 registado por José Manuel Viegas não será sinónimo do desaparecimento de atividade associativa em Portugal. Se tivermos em conta a semi-profissionalização das AVSC, vista cada vez mais como o modelo preferido de atuação, até poderemos encontrar um aumento da frequência da sua participação integrada nos processos formais das instituições da democracia, em particular no processo legislativo na AR.

Contributos

No âmbito da apreciação dos projetos ou propostas de lei¹¹, antes ou durante a discussão pública, as comissões parlamentares competentes da Assembleia da República (AR) recebem a participação de interessados no processo. A esta participação a AR chama contributos. Estes contributos seguem juntamente com o processo legislativo para a comissão competente para serem analisados em conjunto com os pareceres das entidades com competência jurídica para os emitir. Também são entendidos como contributos as participações obtidas pela participação livre de cidadãos ou grupos de cidadãos que as comissões entendam recolher junto dos interessados, designadamente através de audições parlamentares ou do sítio da Assembleia da República (AR) na Internet (Regimento da Assembleia da República, 2007: artigo 140º).

Associações voluntárias da sociedade civil

Para distinguir as associações voluntárias da sociedade civil (AVSC) dos outros tipos de associação, utilizei as definições de José Manuel Viegas. Este autor, referindo-se a Meister, Habermas, Cohen e Arato e van Til, define as AVSC como:

“[...] Grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses. O voluntariado demarca as associações dos grupos primários, como a família, bem como de organizações estatais de carácter coercivo. A cooperação distingue as associações das

¹¹ Os projetos de lei e propostas de lei diferem entre si pela origem. Os projetos de lei são um iniciativa da Assembleia da República e dos seus deputados enquanto as propostas de lei são uma iniciativa do governo.

sociedades comerciais, com fins lucrativos e que se movimentam numa pura lógica de mercado. As associações, neste sentido, requerem a existência de uma sociedade pluralista e constituem um dos nódulos fundamentais da sociedade civil ou do “terceiro sector”.” (Viegas, 2004: 34)

Modalidades de associações voluntárias da sociedade civil

Será baseado também na definição de José Manuel Viegas que irei classificar as modalidades das associações voluntárias da sociedade civil. De acordo com as propostas de Wessel, Van Deth e Kreuter, José Manuel Viegas define a organização destas associações unindo a relação teórica e empírica que existe entre cada uma da seguinte forma:

As associações de integração social englobam as associações recreativas, culturais, religiosas, entre outras, em que a função de integração social aparece como predominante. Não queremos dizer que estas associações não tenham outras funções, mas é a dimensão cívica de integração que se revela mais importante. As associações de defesa de interesses de grupo, como os sindicatos, ordens, associações de pensionistas, associações patronais, entre outras, têm uma função institucional de defesa de interesses, mas também contribuem para o debate na esfera pública. Finalmente, as associações que expressam os novos movimentos sociais, como as associações de direitos de cidadania, de defesa dos consumidores, de defesa do ambiente, de defesa dos animais, entre outras, têm efeitos cívicos importantes pela contribuição que dão para o debate público, mas também para a formação da opinião sobre matérias socialmente relevantes.” (Viegas, 2011: 49)

Quadro 1 - Modalidades de associação e organizações que as compõem

Modalidades de Associação	
Novos movimentos sociais	Organizações de ação cívica
Integração social	Clube desportivo
	Organizações culturais
	Clubes e associações recreativas
	Organizações religiosas
	Organizações sociais
Defesa de interesse	Sindicatos
	Associações profissionais
	Organizações patronais

Fonte: Adaptado (Viegas, 2011: 51)

Indicadores de desempenho sócio-económico - Desigualdade de rendimentos, Taxa de crescimento real do PIB e Taxa de crescimento do emprego

Como variáveis de desempenho sócio-económico foram utilizados três indicadores: Índice de Gini, Taxa de crescimento real do PIB e Taxa de crescimento do emprego.

Como variável de desempenho da economia é comumente aceite a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB representa o resultado final da atividade económica dos residentes num determinado território, num dado período de tempo (tipicamente, um ano ou um trimestre). A taxa de crescimento do PIB permite comparar o desenvolvimento económico em vários períodos de forma independente das distorções provocadas pela utilização de valores absolutos influenciáveis por flutuação monetária. O PIB não é no entanto um bom indicador de justiça distributiva.

Citando a teoria de Simon Kuznet, os autores Constantin Duguleana e Liliana Duguleana (2009) apontam uma distorção na distribuição de rendimentos ainda maior quanto maior é o PIB, sendo que nos países da Europa de oeste esta diferença tende para se acentuar sem alterar as distribuições de rendimentos ao centro, dando como exemplo o crescimento económico alemão cujas alterações aos rendimentos afetam apenas os 20% com menores rendimentos e os 20% com maiores rendimentos (Duguleana e Duguleana, 2009: 171). Por essa razão, como indicador de desenvolvimento económico que ilustre de forma mais próxima a distribuição de rendimentos é utilizado o coeficiente de Gini. Este coeficiente é o indicador de desigualdade de distribuição do rendimento. De acordo com a definição no Pordata, o objetivo deste indicador é sintetizar as diferenças da distribuição, tendo como 0 o valor que indica a maior igualdade de distribuição e 100 o valor de maior desigualdade e indicativo que o rendimento se encontra todo num único indivíduo.

De taxa de crescimento de emprego apresenta a variação da população empregada. O INE define Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Temas das iniciativas

Os temas das iniciativas foram agrupados num sistema de categorias gerado a partir da análise semântica do próprio corpus. O dicionário de categorias foi organizado conforme Quadro 2. As categorias de temas que interessavam distinguir (Economia e Trabalho) foram separadas de todas as outras.

IV. HIPÓTESES

Os indícios de maior participação individualista nas gerações portuguesas mais recentes, típicos das democracias desenvolvidas (Inglehart e Catterberg, 2002), surgem nos protestos do período entre 2011 e 2013 em conjunto com temas associados a preocupações mais materialistas, num padrão misto de sistemas de valores que a investigação de André Freire já apontava em 1999 para Portugal. (Freire, 2003a).

As associações voluntárias da sociedade civil (AVSC) escolhem as formas de participação política de acordo com os fins a que se propuseram. No período entre 1992 e 2002 não foi a primeira opção destas organizações escolherem mais de uma forma de participação para o mesmo protesto (Mendes e Seixas, 2005: 117), mas os meios tecnológicos atualmente ao dispor e o envolvimento misto de modalidades de AVSC (Soeiro, 2014: 68-70), é só por si indicativo de que tanto estas associações poderão ter participado politicamente em mais de uma forma.

Os autores referidos na revisão da literatura apontaram para a ausência de variáveis de estudo mais detalhadas, para a dificuldade em desfazer o nôvelo de spaghetti das correlações sociais (Uslaner e Brown, 2005: 5), para um modelo de participação associado a um sistema de valores fixos a cada geração que não depende do contexto económico do momento (Freire, 2003a: 298-300) e para o maior potencial de participação política dos indivíduos mais jovens e escolarizados. Elídio Estanque (2014) desafia as teorias clássicas sobre os movimentos sociais no mundo ocidental e situa o fenómeno partindo da hipótese de que este decorre de dinâmicas e tensões sociais oriundas da classe média e deve por isso ser visto como um fenómeno sócio-económico, referindo-se às desigualdades que afetam muito mais a classe média, o que cria uma dinâmica paradoxal de ação coletiva, rebeldia e individualismo (Estanque, 2014: 74-76).

A importância dos temas em causa e a possibilidade da participação política resultar em benefício de quem investe os recursos que tem disponíveis (Dür e Mateo, 2013: 662), pode implicar investimento simultaneamente numa participação em protesto desafiante das elites e de forma institucionalizada.

Se ao cenário de contração dos rendimentos (Pedroso, 2014: 26) esteve associado um cenário de alteração da legislação do trabalho com o mesmo objetivo¹², é por isso lógico propor-se a possibilidade das formas de participação política de desafio das elites, através de protestos, boicotes e ocupações, e da contestação provocada pela falta de perspectivas de futuro e sentimentos de injustiça (Estanque, 2014: 65, Soeiro, 2014: 67-69) tenham tido também eco numa forma mais institucional de participação como são os contributos para o processo legislativo da Assembleia da República (AR).

Concentrando a análise a este tipo de participação institucional da sociedade civil no período entre os anos 2008 e 2015, mantendo presente o contexto paradoxal da participação e da alteração das desigualdades de rendimentos descrito pela literatura, formula-se a seguinte hipótese:

H1. Quando a desigualdade de rendimentos aumenta há um aumento de contributos da sociedade civil para o processo legislativo.

Durante o período de crise, os temas dos principais protestos foram justiça distributiva e o trabalho (Estanque, 2014: 57, Soeiro, 2014: 65). Isto pode ser afirmado não só pela participação das duas centrais sindicais portuguesas, mas também, como refere José Soeiro (2014), porque os temas sócio-laborais são de longe os que mereceram mais referências nos protestos organizados pelos novos movimentos sociais do período que analisou. Como tal, associada à primeira, formula-se uma segunda hipótese:

H2. O aumento dos contributos é observável em iniciativas que se inscrevem nos temas da economia e do trabalho.

¹² Entre 2008 e 2015 a Assembleia da República executou 258 processos legislativos diretamente ligados ao trabalho, constituindo cerca de 10% das iniciativas legislativas nesse período.

V. METODOLOGIA

A participação no âmbito do processo legislativo só era identificável se existisse sob a forma de contributos registados no âmbito do processo legislativo da Assembleia da República Portuguesa (AR).

Os pedidos de dados enviados aos serviços da AR ainda se encontravam sem resposta à data da elaboração deste trabalho o que justificou a utilização de um método alternativo para a criação do dataset (base de dados) a analisar. Para testar as hipóteses foi necessário por isso recolher diretamente a informação disponível no site da Assembleia da República em www.parlamento.pt.

Para esse efeito foram utilizadas técnicas de programação que permitiram a automatização da navegação no site da Internet da AR para assim obter, dos conteúdos das iniciativas legislativas da AR e dos debates públicos online relativos a iniciativas legislativas, a informação que procurava¹³.

Para obter a informação destas iniciativa foi desenvolvido um conjunto de programas de computador que permitiram recolher e organizar a informação para análise. Dada a grande quantidade de páginas a pesquisar para recolher os dados, de forma a evitar a disfunção dos serviços prestados no próprio site e pelo número elevado de pedidos que a recolha de dados gerava, foi utilizado um conjunto de programas desenvolvidos para este efeito específico. Estes programas interagiam com o site através do navegador internet (browser) Mozilla Firefox. O programa utilizado para controlar o navegador foi o iMacros. Este programa corre na dependência deste browser e permite programar ações com base no código que é colocado no ecrã pelos sites de Internet. Este programa contém uma linguagem de programação própria e permite simular a navegação humana para recolher os dados autonomamente após configuração.

Face ao elevado número de conteúdos necessários recolher e face também ao elevado número de erros produzidos pelo software do site da AR, foi necessário executar um conjunto de funcionalidades que permitiam identificar o ponto de recolha em que se tinha dado a falha para poder retomar a recolha quando o site estivesse operacional. Para isso foi utilizada linguagem de programação Javascript (JS) que, por sua vez, continha as condições de funcionamento do browser e gravação dos dados escrita na linguagem proprietária do

¹³ Informação das iniciativas foi recolhida a última vez no dia 18 de outubro de 2015 para concluir os dados da última legislatura.

iMacros.

A navegação com gravação automática gerou uma grande quantidade de dados em bruto que foi necessário distribuir pelos campos da base de dados a partir da qual se executou a análise. Para isso foi criada uma pilha de tarefas com Gnu Bourne-Again Shell (BASH)¹⁴ que recorreu a um bloco externo de código em PHP: Hypertext Preprocessor (PHP)¹⁵ para a execução da seleção e tratamento dos dados. Cada conjunto de dados em bruto em que se encontravam agrupadas as iniciativas de cada legislatura foi processado por um script em BASH através do programa em PHP. O programa em PHP converteu os a informação das 17024 iniciativas parlamentares em 138516 registos de eventos. Os registos dos eventos do processo legislativo da AR foram depois processados pelo mesmo programa PHP em busca da participação dos cidadãos nas iniciativas parlamentares identificada pelas referências “Contributos”.

A base de dados foi preparada de forma a que se pudessem distinguir os tipos de iniciativas parlamentares, detalhes dos eventos, data dos eventos e identificadores únicos da iniciativas a que pertenciam os eventos. Os identificadores únicos foram decompostos por número da iniciativa e legislatura para permitir a apresentação dos dados de forma sintética agrupada por ano.

Uma observação mais cuidada aos dados resultantes permitiu identificar um conjunto de contributos com origem em cidadãos em nome próprio. Para testar as hipóteses foi necessário classificar os eventos das iniciativas na base de dados de forma a identificar os contributos das AVSC e cidadãos. Para isso foram identificados como “Individual” os contributos entregues diretamente por cidadãos e como “Associação” os contributos entregues pelas AVSC.

De forma a verificar a qualidade dos dados a analisar, foi verificado que as datas dos registos se encontravam dentro do intervalo de datas do período real, retificando as datas encontradas através da consulta direta às iniciativas em causa. Os eventos foram também agrupados cronologicamente ao longo dos vários anos das doze legislaturas e cruzada a data dos registos com o intervalo de anos a que correspondiam essas legislaturas. Os eventos registados com datas fora do intervalo da legislatura a que pertencem foram também

¹⁴ Gnu not Unix Bourne-Again Shell (Bash)

¹⁵ PHP - Personal Home Page ou PHP: Hypertext Preprocessor

retificados pelo mesmo processo.¹⁶

A classificação por modalidades das AVSC foi efetuada com base nas modalidades identificadas pelo autor José Manuel Viegas. Para isso foram classificadas as associações conforme se tratasse de novos movimentos sociais, associações de integração social ou de associações de defesa de interesses como se resume no quadro V.1. que é adaptado do anterior do mesmo autor (Viegas, 2004: 36-40, 2011: 51).

A definição de associações voluntárias da sociedade civil de José Manuel Viegas, que, referindo-se a vários autores, indica que estas devem ser entendidas como associações em que a participação dos cidadãos é feita de forma livre sem a procura do lucro. Desta definição ficam excluídas as ordens profissionais e a família ou outras em que a integração nesses grupos implica um nível de coercividade ou a procura de (Viegas, 2011: 44-45). Foi também utilizada a definição de modalidades do mesmo autor para classificar, conforme o Quadro 1 adaptado para esta dissertação (Viegas, 2011: 54).

A análise aos dados identificou um conjunto de outras organizações, como organismos do Estado e Ordens profissionais que participam através de pareceres para o processo legislativo. Estas organizações foram assinaladas nos dados respetivamente com “Estado” e “Ordens” para poderem ser filtradas para fora dos resultados a analisar. Foram também identificados um conjunto de associações de entidades coletivas de Administração Local do Estado. Para este trabalho as associações de municípios, freguesias ou outras de associação voluntária por outras organizações não foram consideradas AVSC. Embora permitam a defesa de interesses dos organismos associados e sejam de livre associação, gozam de um poder que não é oriundo da rede social de entre-ajuda que as AVSC criam e por serem constituídas por organismos de governo do país. Mesmo que constituídas como organizações de direito privado sem fins lucrativos e de associação livre, representam organizações do Estado. Os dados estão disponíveis para download no site www.ferro.cc.

A classificação dos temas das iniciativas legislativas foi baseada num sistema de categorias construído com base na informação das próprias iniciativas e conforme Quadro A.1 nos anexos.

Os resultados desta organização dos dados foram posteriormente submetidos a análise

¹⁶ As ocorrências de datas incompatíveis com os períodos legislativos detetadas foram comunicadas aos serviços da Assembleia da República.

quantitativa com programas informáticos recorrendo-se para isso ao Microsoft Excel e SPSS¹⁷ para tratamento e análise estatística e ao Apple Numbers para a produção de quadros e gráficos.

Para testar as variáveis quanto à direção da relação e a intensidade da mesma, foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson (Gill, 2006: 369) entre as variáveis. Quando calculado este coeficiente entre duas variáveis, apresenta resultados entre 1 e -1, em que 1 e -1 indicam uma correlação perfeita entre duas variáveis, sendo positiva quando o resultado é um número positivo e negativa quando esse resultado é um número negativo. Se o resultado for 0 indica que as variáveis não estão relacionadas linearmente. Cada relação foi avaliada como muito fraca se o coeficiente de correlação de Pearson resultasse num valor entre 0 e 0,2; como fraca com resultados entre 0,2 e 0,4; como moderada com resultados entre 0,4 e 0,7; como forte com resultados entre 0,7 e 0,9; como muito forte com resultados entre 0,9 e 1. Embora tendo presente que o volume de casos utilizado para o cálculo das correlações é inferior ao mínimo estatisticamente exigido ($n > 30$), considerou-se ainda assim o exercício como relevante na medida em que fornece uma indicação do grau de correlação entre as variáveis. Naturalmente tratando-se de um exercício exploratório e grosso, ainda assim, um indicador que contribui para melhor compreendermos a realidade que estamos a analisar.

¹⁷ SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

VI. ANÁLISE DE RESULTADOS

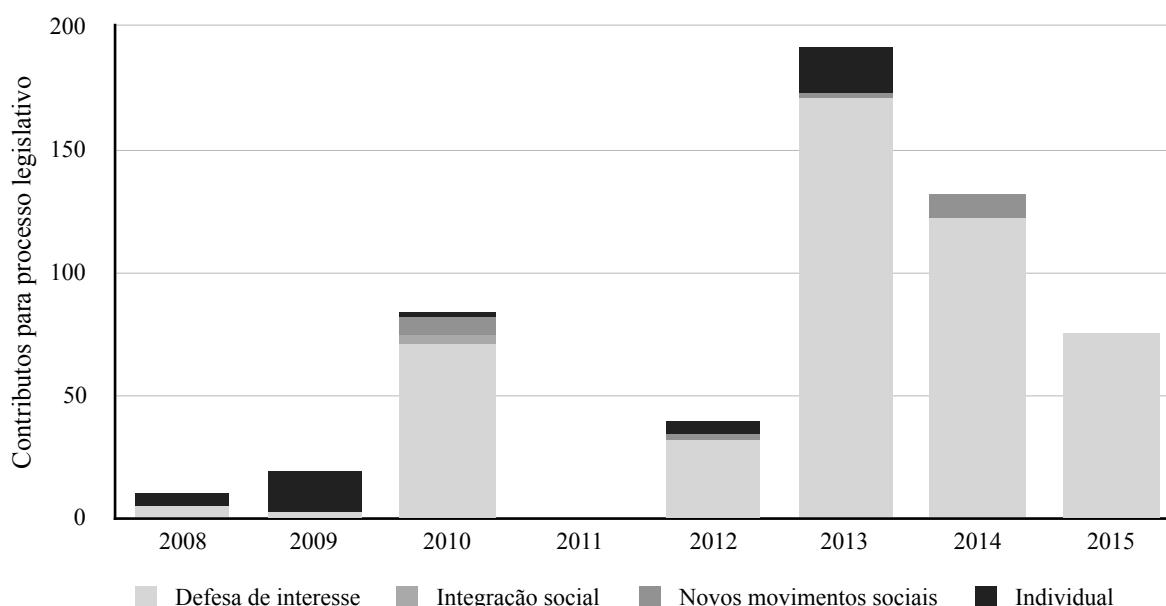
Inicia-se esta análise como uma apresentação descritiva dos contributos e a sua distribuição pelos anos do período em análise, organizando esses contributos por modalidade associativa e temas de participação com contributos.

Apresenta-se depois a análise subjacente ao teste das hipóteses H1. (Quando a desigualdade de rendimentos piora há um aumento de contributos da sociedade civil para o processo legislativo) e H2. (O aumento dos contributos é observável em iniciativas que se inscrevem nos temas da economia e do trabalho).

A análise das 2679 iniciativas legislativas registadas no site www.parlamento.pt para o período entre 2008 e 2015 permitiu identificar um total 552 registos de participações da sociedade civil como contributos entregues à Assembleia da República Portuguesa (AR).

No período em análise, a AR executou 2147 Projetos de Lei e 532 Propostas de Lei como detalhado no Quadro A.2 nos anexos. Durante este período houve uma concentração da frequência de contributos pelas associações da modalidade defesa de interesse, sendo que o período de maior número de contributos desta modalidade de associação foi nos anos de 2013 a 2015. Analisando descritivamente os dados obtidos é possível destacar logo a participação quase inexistente dos movimentos de integração social e a participação através de contributos individuais no ano de 2009, conforme se ilustra com o gráfico 3 e se detalha no quadro A.3 nos anexos.

Gráfico 4 - Total de contributos de cidadãos (modalidade de associação e individual)

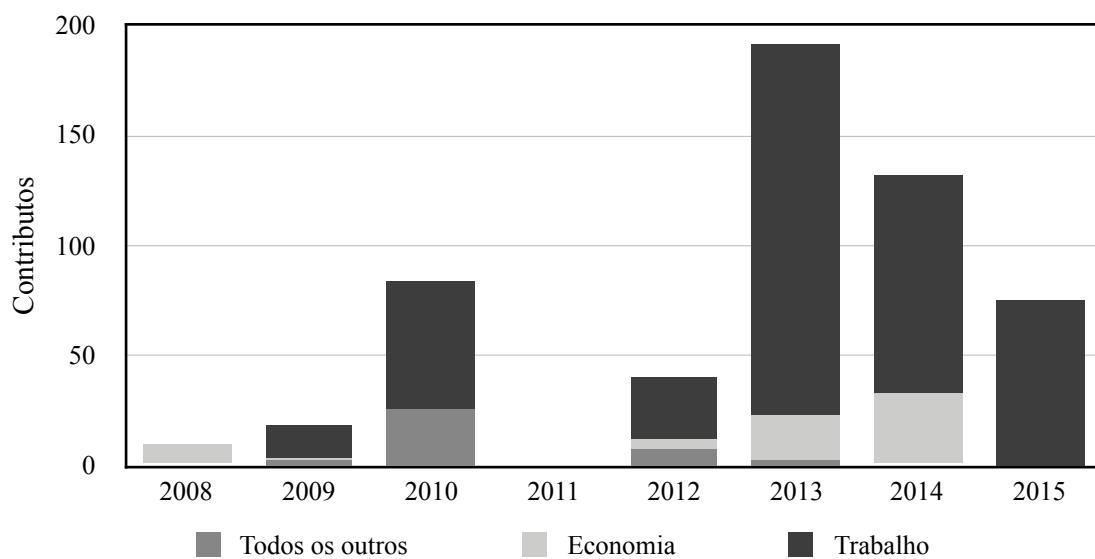


Fonte: www.parlamento.pt - dados recolhidos 18 de outubro de 2015

Entre os anos 2008 e 2015 foram entregues na Assembleia da República 479 contributos de associações da modalidade de defesa de interesses, 3 da modalidade de integração social, 22 da modalidade dos novos movimentos sociais e 48 contributos a título individual. Esta frequência de contributos a título individual não deve ser vista com surpresa se for tida em conta a descrição mista de valores que o autor André Freire (2003a) faz para a sociedade portuguesa já em 1999, pela descrição que os autores Inglehart e Catterberg (2002) fazem do aumento do individualismo nas gerações com sistema de valores pós-materialista e mais ainda se olharmos para estes contributos individuais como uma forma de desafio de elites também característica de sistemas de valores pós-materialistas.

Os anos 2010, 2013 e 2014 foram os anos com maior número de contributos, com o total de 84, 191 e 132, respetivamente. No ano de 2011 houve apenas um contributo e em 2008 apenas 10 contributos.

Gráfico 5 - Total de contributos de cidadãos (temas economia, trabalho e todos os outros)



Fonte: www.parlamento.pt - dados recolhidos 18 de outubro de 2015

Os dados entre os anos 2008 e 2015 indicam que foram entregues na AR 442 contributos para participação de processos legislativos do tema do trabalho, 68 para tema Economia e 42 de todos os outros.

O ano com maior número de contributos do tema trabalho é o de 2013, com 168 contributos, seguido do ano 2014 com 99 contributos para este tema. Neste período foram introduzidas alterações à legislação que repunham o subsídio de férias aos trabalhadores do Estado, alterações à requalificação dos trabalhadores do Estado, prestação de informação sobre os subsídios pagos aos trabalhadores do Estado, alteração do horário normal de trabalho dos trabalhadores do Estado, entre outros.

Como referido no capítulo sobre a metodologia, o volume de casos utilizado para o cálculo das correlações é inferior ao mínimo estatisticamente exigido ($n > 30$). Naturalmente tratando-se de um exercício exploratório e grosseiro, considerou-se o exercício como relevante na medida em que fornece uma indicação do grau de correlação entre as variáveis e um indicador que contribui para melhor compreendermos a realidade que estamos a analisar.

A hipótese H1. (Quando a desigualdade de rendimentos piora há um aumento de contributos da sociedade civil para o processo legislativo) foi testada calculando o coeficiente de correlação de Pearson entre a frequência de contributos e cada um dos indicadores de desempenho sócio-económicos, conforme resultados no Quadro 2 e ilustrado nos gráficos A.1 e A.2 nos anexos.

Quadro 2 - Coeficiente de correlação de Pearson entre **contributos da sociedade civil para o processo legislativo** e os indicadores sócio-económicos

		Contributos da sociedade civil para o processo legislativo
Taxa de crescimento real do PIB	Pearson Correlation	-.326
	Sig. (2-tailed)	.475
	N	7
Taxa de crescimento do emprego	Pearson Correlation	-.179
	Sig. (2-tailed)	.735
	N	6
Indice de Gini	Pearson Correlation	-.476
	Sig. (2-tailed)	.233
	N	8

Os resultados do teste estatístico com o coeficiente de Pearson entre a frequência dos contributos e os 3 indicadores sócio-económicos não permitiram afirmar que exista uma relação entre os contributos para a Assembleia da República e qualquer uma destas variáveis. Na correlação entre os contributos e a Taxa de crescimento do PIB, a relação é fraca, no sentido negativo e sem significado estatístico ($r=-.326$; $n=7$; $p=.475$). Na correlação entre os contributos e a Taxa de crescimento do emprego, a relação é muito fraca, no sentido negativo e sem significado estatístico ($r=-.179$; $n=6$; $p=.735$). Na correlação entre os contributos e o índice de Gini, a relação é fraca e no sentido negativo sem significado estatístico ($r=-.326$; $n=7$; $p=.475$). Para tais resultados sem relevância estatística terá necessariamente contribuído o muito baixo volume amostral utilizado neste exercício. Assim, mesmo que em termos indicativos, pode dizer-se que quando a desigualdade de rendimentos piora não é previsível que haja um aumento de contributos da sociedade civil para o processo legislativo na AR.

A hipótese H2. (O aumento dos contributos é observável em iniciativas que se inscrevem nos temas da economia e do trabalho) foi testada calculando o coeficiente de correlação de Pearson entre a frequência de contributos e cada um dos temas, conforme resultados no Quadro 3.

Quadro 3 - Coeficiente de correlação de Pearson entre **contributos da sociedade civil para o processo legislativo** e os indicadores sócio-económicos

		Contributos da sociedade civil para o processo legislativo
Tema - Economia	Pearson Correlation	.682
	Sig. (2-tailed)	.063
	N	8
Tema - Trabalho	Pearson Correlation	.989**
	Sig. (2-tailed)	.000
	N	8
Todos os outros temas	Pearson Correlation	.085
	Sig. (2-tailed)	.842
	N	8

Os resultados do teste estatístico com o coeficiente de Pearson entre a frequência dos contributos e as iniciativas legislativas do tema trabalho e economia apresentam uma relação entre os contributos para a Assembleia da República e as iniciativas legislativas do tema Trabalho. Na correlação entre os contributos e o tema economia, a relação é moderada, no sentido positivo e sem significado estatístico ($r=.682$; $n=8$; $p=.063$). Na correlação entre os contributos e o tema trabalho, a relação é muito forte, no sentido positivo e com significado estatístico ($r=.989$; $n=8$; $p=.000$). Na correlação entre os contributos e as iniciativas legislativas de todos os outros temas, a relação é fraca e no sentido positivo sem significado estatístico ($r=.085$; $n=8$; $p=.842$). A correlação entre a frequência de contributos e as iniciativas legislativas do tema Trabalho será quase perfeita por serem estes os temas em que a legislação do trabalho indica que as AVSC de representação dos trabalhadores têm de ser ouvidas. Considerando as limitações antes referidas em termos de volume amostral, estes resultados são de realçar, pois muito baixos volumes amostrais constrangem a possibilidade de se encontrarem relações estatisticamente significativas. Contudo, pela mesma razão, estas conclusões devem ser interpretadas com cautela. Assim, mesmo que em termos indicativos, pode dizer-se que o aumento dos contributos é observável em iniciativas legislativas da AR que se inscrevem nos temas do trabalho, mas não nas as que se inscrevem nos temas da economia.

VII. CONCLUSÕES

Pretendia-se saber como participaram os cidadãos no contexto institucional da sua relação com a Assembleia da República Portuguesa (AR) entre os anos 2008 e 2015 e se as alterações sócio-económicas que ocorreram nesse período tiveram influência nesse relacionamento. Para isso foi analisada a participação da sociedade civil através os contributos para os processos legislativos no período em análise, em especial aqueles ligados aos temas do trabalho e economia. Para esse efeito, recorreu-se aos registos de participação dos contributos que a AR mantém públicos no site www.parlamento.pt através de um dataset novo produzido com o apoio de um conjunto de programas desenvolvidos para o efeito.

A análise da literatura propunha que as teorias clássicas sobre os movimentos sociais no mundo ocidental não respondiam ao fenómeno atual e apontavam para existirem dinâmicas e tensões sociais oriundas da classe média como um fenómeno sócio-económico (Estanque, 2014). Esta dinâmica era alimentada pelas desigualdades que afetaram muito mais a classe média, aumentando o emprego precário entre aqueles a que chamaram de novo proletariado e entre a juventude altamente escolarizada, mas sem emprego ou expectativas de futuro (Soeiro, 2014). Estes autores apontavam para uma dinâmica paradoxal de ação coletiva, rebeldia e individualismo. Esta dinâmica criada pelos novos movimentos sociais era proposta como uma novidade que carecia de aprofundamento.

As hipóteses foram testadas com um volume de casos inferior ao mínimo estatisticamente exigido ($n > 30$), mas ainda assim, tratando-se de um exercício exploratório e grosseiro, considerou-se que o exercício auxiliava ainda assim a melhor compreendermos a realidade que estamos a analisar. Tendo isto em conta, mesmo que apenas em termos indicativos, pode dizer-se que quando a desigualdade de rendimentos piora não é previsível que haja um aumento de contributos da sociedade civil para o processo legislativo na AR. Da mesma forma, apenas em termos indicativos, pode dizer-se que o aumento dos contributos é observável em iniciativas legislativas da AR que se inscrevem nos temas do trabalho, mas não nas as que se inscrevem nos temas da economia.

Do ponto de vista da participação extra-eleitoral pode dizer-se que esta dinâmica, a existir e a influenciar as formas de participação, não teve ecos no relacionamento da sociedade civil com a Assembleia da República. As alterações à frequência de contributos da sociedade civil para participar no processo legislativo não parecem ter qualquer relação com

os indicadores sócio-económicos testados. Não ser identificada uma variação dos contributos de forma relacionada com os indicadores sócio-económicos poderá estar associado à semi-profissionalização das AVSC que mantêm a sua agenda controlada mesmo perante as mudanças de contexto sócio-económico, apenas investindo nos temas do seu interesse em que avaliam ter capacidade para influenciar o resultado em seu favor. Isto poderá apontar para uma maior profissionalização dessas associações, mas nem por isso se aproxima mais do modelo de participação cidadã indicado como desejável pelos autores já referidos neste trabalho. (Canotilho e Moreira, 2007, Freire, 2007: 13, Pereira, 2000: 3)

Poderia colocar-se a possibilidade deste comportamento das AVSC terem sido influenciados pela agenda da correção orçamental nos anos em análise, alterando o seu comportamento em relação a anos anteriores, mas a AR não apresenta os registos de dados de contributos de forma consistentes em anos anteriores a 2008, pelo que não é possível comparar este comportamento com o passado da nossa democracia. Uma vez que esta informação esteja disponível, será possível saber mais sobre o relacionamento institucional das AVSC com a AR.

As associações da modalidade de defesa de interesses apresentaram no período em análise a maior frequência de participação com contributos para o processo legislativo. O maior envolvimento dos cidadãos na modalidade de associação dos novos movimentos sociais que José Manuel Viegas e outros referiam antes de 2011 como sendo interessante estudar no futuro, parece manter-se inalterado no que toca à participação institucional junto da AR (Viegas, 2011: 56).

Se o contexto institucional e as características do grupo de indivíduos que constituem a associação determinam a escolha da forma de atuação (Dür e Mateo, 2013: 662) haverá mais a perguntar que estes dados não podem responder, nomeadamente qual a eficácia da contribuição para o processo legislativo, o que não é possível responder com estes dados uma vez que não foram classificados os resultados das iniciativas legislativas. Também se sabe pouco sobre as relações informais que os grupos parlamentares da Assembleia da República mantém com as AVSC e se esta relação estará por trás desta manutenção do seu comportamento perante a AR.

FONTES

Iniciativas - Site da Assembleia da República <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>, acedido no dia 18 de outubro de 2015

Forum de debate - Site da Assembleia da República <http://www.parlamento.pt/EspacoCidadao/Paginas/ForunsIndex.aspx>, acedido no dia 20 de outubro de 2015

Pordata - 2015. Fundação Francisco Manuel dos Santos, acedido no dia 26 de outubro de 2015

Eurostat - <http://ec.europa.eu/eurostat/>, acedido no dia 28 de outubro de 2015

BIBLIOGRAFIA

- Accornero, Guya, e Pedro Ramos Pinto. 2015. "'Mild Mannered'? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013." *West European Politics* 38: 491-515.
- Brady, Henry E. 2004. "An Analytical Perspective on Participatory Inequality and Income Inequality." *Social inequality*: 667-702.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2000. "O Exercício da Cidadania Política Em Portugal." *Análise Social* 35: 29.
- Canotilho, José Joaquim, e Vital Moreira. 2007. "Constituição da República Portuguesa Anotada: Artigos 1 a 107."
- Cohen, Joshua. 1989. "Deliberation and Democratic Legitimacy." In *Debates in Contemporary Political Philosophy: An Anthology*. 67-92.
- "Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional." 2005. ed. Assembleia da República Portuguesa. Lisboa.
- de Tocqueville, Alexis. 1835, 1972. *Democracy in America*. Translated by Henry Reeve: An Electronic Classics Series Publication.
- Duguleana, Constantin, e Liliana Duguleana. 2009. "Testing the Law of Economic Growth and Income Distribution in the World Developed Countries."
- Dür, Andreas, e Gemma Mateo. 2013. "Gaining Access or Going Public? Interest Group Strategies in Five European Countries." *European Journal of Political Research* 52: 660-686.
- Elster, Jon. 1998. *Deliberative Democracy*. Vol. 1: Cambridge University Press.
- Estanque, Elísio. 2014. "Rebeliões de Classe Média? Precariedade E Movimentos Sociais Em Portugal E No Brasil (2011–2013)." *Revista crítica de ciências Sociais*: 53-80.
- Filipe, António. 2009. "The 2007 Reform of the Portuguese Parliament: What Has Really Changed?". *The Journal of Legislative Studies* 15: 1-9.
- Freire, André. 2003a. "Pós Materialismo E Comportamentos Políticos: o Caso Português Em Perspectiva Comparada." In *Valores Sociais: Mudanças E Contrastes Em Portugal E Na Europa*, eds. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais. 295-361.
- _____. 2003b. "Pós Materialismo E Comportamentos Políticos: o Caso Português Em Perspectiva Comparada." In *Valores Sociais: Mudanças E Contrastes Em Portugal E Na Europa*, eds. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.
- _____. 2007. Sociedade Civil, Democracia Participativa E Poder Político. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.
- Gill, Jeff. 2006. Essential Mathematics for Political and Social Research. New York: Cambridge University Press.
- Gomes, João Salis. 2010. "Interesse PúBLICO, Controle Democrático do Estado E Cidadania." *Homenagem ao Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral*: 27.
- Habermas, Jurgen. 1992. *Between Facts and Norms*: Suhrkamp Verlag.
- Inglehart, Ronald, e Gabrieal Catterberg. 2002. "Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline." *International Journal of Comparative Sociology* 43: 300-316.
- Magalhães, Pedro. 2009. "A Qualidade da Democracia Em Portugal: A Perspectiva Dos Cidadãos." In *Secondary A Qualidade da Democracia Em Portugal: A Perspectiva Dos Cidadãos*, ed Secondary _____. Reprint, Reprint.

- Magnette, Paul. 2003. "European Governance and Civic Participation: Beyond Elitist Citizenship?". *Political Studies* 51: 144-160.
- Magone, José M. "The Quality of Portuguese Democracy in the European Union."
- . 2004. "The Quality of Portuguese Democracy in the European Union."
- Mair, Peter. 2003. "Os Partidos Políticos E a Democracia." *Análise Social* XXXVIII: 277-293.
- Mann, Michael. 2013. "The Sources of Social Power: Volume 4, Globalizations, 1945-2011."
- Marien, Sofie, Marc Hooghe, e Ellen Quintelier. 2010. "Inequalities in Non-Institutionalized Forms of Political Participation. A Multilevel Analysis for 25 Countries.". *Political Studies* 58(1): 187-213.
- Mendes, José Manuel, e Ana Maria Seixas. 2005. "Acção Colectiva E Protesto Em Portugal: Os Movimentos Sociais Ao Espelho Dos Media (1992-2002)." *Revista crítica de ciências Sociais*: 99-127.
- OECD. 2001. "Citizens as Partners - Information, Consultation and Participation in Public Policy Making." In *Secondary Citizens as Partners - Information, Consultation and Participation in Public Policy Making*, ed Secondary ———. Reprint, Reprint.
- Olson, Mancur. 1965. The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups. London: Harvard University Press.
- Pedroso, Paulo. 2014. "Portugal and the Global Crisis." In *Secondary Portugal and the Global Crisis*, ed Secondary ———: Friederich Ebert Stiftung. Reprint, Reprint.
- Pereira, Paulo Trigo. 2000. "Governabilidade, Grupos de Pressão Eo Papel do Estado." *A Reforma do Estado em Portugal: problemas e perspectivas, Actas do 1.*
- Platão. 380 AD. "A República." Gutenberg.org. <http://www.gutenberg.org/files/1497/1497-h/1497-h.htm>. Accessed 2014-04-27.
- Putnam, Robert. 2001. "Social Capital: Measurement and Consequences." *Canadian Journal of Policy Research* 2: 32.
- Putnam, Robert D. 1993. "Civic Traditions in Modern Italy." In *Making Democracy Work*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. 80-120.
- Regimento da Assembleia da República. nº 1/2007, de 20 de agosto.
- Soeiro, José. 2014. "From Geração À Rasca to Que Se Lixe a Troika: Portugal in the New International Cycle of Protest." *Sociologia* 28: 55-79.
- Solt, Frederick. 2008. "Economic Inequality and Democratic Political Engagement." *American Journal of Political Science* 52: 48-60.
- . 2010. "Does Economic Inequality Depress Electoral Participation? Testing the Schattschneider Hypothesis." *Political Behavior* 32: 285-301.
- Stolle, D. 2005. "Politics in the Supermarket: Political Consumerism as a Form of Political Participation." *International Political Science Review/ Revue internationale de science politique* 26: 245-269.
- Torcal, Mariano, e Pedro C. Magalhães. 2009. "Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism." 55.
- Uslaner, Eric M, e Mitchell Brown. 2005. "Inequality, Trust, and Civic Engagement." *American politics research* 33: 868-894.
- van Deth, J. W. 2009. "Participation in Voluntary Associations: Dark Shades in a Sunny World?". *American Behavioral Scientist* 53: 640-656.

Viegas, José Manuel Leite. 2004. "Implicações Democráticas Das Associações Voluntárias - O Caso Português Numa Perspectiva Comparativa Europeia." *Sociologia, Problemas e Práticas*: 33-50.

_____. 2011. "A Participação Associativa Em Portugal: Que Contribuição Para Uma Sociedade Civil Forte?". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*: 43-58.

Young, Iris Marion. 2001. "Activist Challenges to Deliberative Democracy." *Political Theory* 29: 670-690.

ANEXOS

A.1. Quadro - Temas legislativos contendo contributos da sociedade civil

Tema da iniciativa	Assuntos
Todos os outros	<p>Regula os vários processos eleitorais</p> <p>Regras de funcionamento de ensino e do apoio ao ensino, incluindo bolsas de estudo e condições de recursos</p> <p>Legislação relativa ao direito de informação e meios de suporte a esse direito como sejam a rádio difusão pública</p> <p>Atribuições e leis quadro relativas a organismos com capacidade fiscalizadora e reguladora do estado</p> <p>Leis pela qual se rege a justiça e a aplicação de penas</p> <p>Legislação relativo à proteção social, pensões e condições de recurso</p> <p>Legislação que regula o ordenamento do território e a sua divisão administrativa</p> <p>Processos administrativos regulados pela AR</p> <p>Condições específicas das AVSC</p>
Economia	<p>Orçamento geral do Estado</p> <p>Legislação relativa à cobrança de impostos, taxas e outros valores cobrados pelo estado aos cidadãos e empresas</p> <p>Legislação associado como seja as retificações ao orçamento geral do Estado e outros que afetam a economia</p>
Trabalho	Legislação que afeta os rendimentos, condições de prestação e benefícios dos trabalhadores

A.2. Quadro - Frequência de iniciativas legislativas na Assembleia da República Portuguesa

Ano	Projeto Lei	Proposta de Lei	Total
2008	192	72	264
2009	399	61	460
2010	363	40	403
2011	423	107	530
2012	197	28	225
2013	160	69	229
2014	201	110	311
2015	212	45	257
Grand total	2147	532	2679

A.3. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil no processo legislativo na Assembleia da República Portuguesa (por modalidade e ano)

Contributos	Defesa de interesse	Integração social	Novos movimentos sociais	Individual	Total de contributos
2008	5	0	0	5	10
2009	3	0	0	16	19
2010	71	3	8	2	84
2011	0	0	0	1	1
2012	32	0	2	6	40
2013	171	0	2	18	191
2014	122	0	10	0	132
2015	75	0	0	0	75
Gand Total	479	3	22	48	552

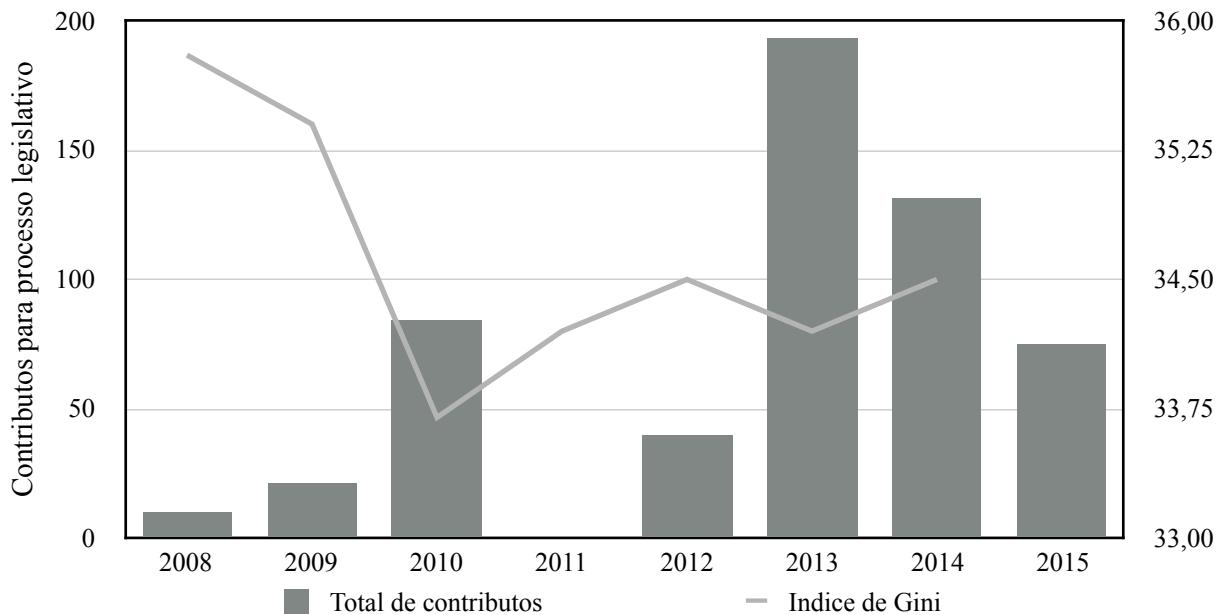
A.4. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil no processo legislativo na Assembleia da República Portuguesa (por tema e ano)

Contributos	Todos os outros	Economia	Trabalho	Total
2008	1	9	0	10
2009	2	0	17	19
2010	2	58	24	84
2011	1	0	0	1
2012	13	27	0	40
2013	20	168	3	191
2014	32	99	1	132
2015	0	75	0	75
Grand total	71	436	45	552

A.5. Quadro - Frequência de contributos da sociedade civil para o debate relativo a iniciativas legislativas da Assembleia da República Portuguesa e indicadores sócio-económicos

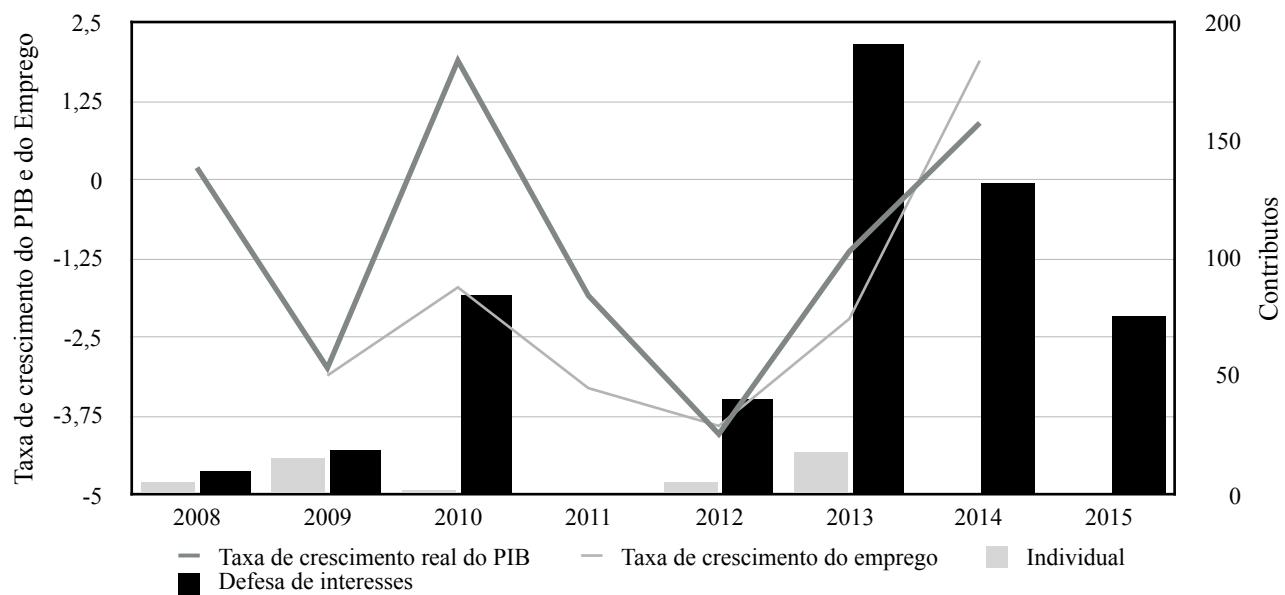
	Indice de Gini	Taxa de crescimento real do PIB	Taxa de crescimento do emprego	Contributos da sociedade civil para o processo legislativo
2008	35,8	0,2		10
2009	35,4	-2,98	-3,1	19
2010	33,7	1,9	-1,7	84
2011	34,2			1
2012	34,5	-1,83	-3,3	40
2013	34,2	-4,03	-3,9	191
2014	34,5	-1,13	-2,2	132
2015		0,91	1,9	75
Grand total				552

A.1. Gráfico - Total de contributos de cidadãos (modalidade de associação e individual)



Fonte: Eurostat (Gini Index) e www.parlamento.pt - dados recolhidos 18 de outubro de 2015

A.2. Gráfico - Frequência de contributos individuais e das AVSC de defesa de interesses nas iniciativas legislativas na Assembleia da República Portuguesa e Taxa de crescimento do PIB e Emprego



Fonte: Pordata (Taxa de crescimento do PIB e Emprego) e www.parlamento.pt - dados recolhidos 18 de outubro de 2015

CV